



DIÁRIO DA REPÚBLICA

ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA**Preço deste número - Kz: 220,00**

| Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncio e assinaturas do «Diário da República», deve ser dirigida à Imprensa Nacional - E.P., em Luanda, Rua Henrique de Carvalho n.º 2, Cidade Alta, Caixa Postal 1306, www.impresnacional.gov.ao - End. teleg.: imprensa». | ASSINATURA | |
|--|----------------|--|
| | | Ano |
| | As três séries | Kz: 470 615.00 |
| | A 1.ª série | Kz: 277 900.00 |
| | A 2.ª série | Kz: 145 500.00 |
| | A 3.ª série | Kz: 115 470.00 |
| | | O preço de cada linha publicada nos Diários da República 1.ª e 2.ª série é de Kz: 75.00 e para a 3.ª série Kz: 95.00, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a publicação da 3.ª série de depósito prévio a efectuar na tesouraria da Imprensa Nacional - E. P. |

SUMÁRIO

Presidente da República

Decreto Presidencial n.º 9/14:

Autoriza o Ministro das Finanças a recorrer à emissão de Bilhetes do Tesouro, nos termos previstos nos artigos 12.º a 21.º do Decreto Presidencial n.º 259/10, de 18 de Novembro, que incumbe ao Titular do Poder Executivo autorizar a Emissão de Títulos da Dívida Pública Directa, designada por Obrigações do Tesouro, até aos limites estabelecidos no Orçamento Geral do Estado.

Decreto Presidencial n.º 10/14:

Autoriza o Ministro das Finanças a recorrer à emissão especial de Obrigações do Tesouro em Moeda Nacional (OT-MN), com as características e condições técnicas previstas neste Diploma, até ao valor de Kz: 196.000.000.000,00.

Decreto Presidencial n.º 11/14:

Autoriza o Ministro das Finanças a recorrer à emissão especial de Obrigações do Tesouro em Moeda Nacional (OT-MN), com as características técnicas previstas neste Diploma, até ao valor de Kz: 27.440.000.000,00.

Decreto Presidencial n.º 12/14:

Autoriza o Ministro das Finanças a recorrer à emissão de Obrigações do Tesouro com as características e condições técnicas previstas neste Diploma, até aos limites estabelecidos no Orçamento Geral do Estado.

Decreto Presidencial n.º 13/14:

Autoriza a importação de um contingente de pescado carapau em condições de isenção de direitos aduaneiros.

Ministérios do Interior e das Finanças

Decreto Executivo Conjunto n.º 6/14:

Aprova o Regulamento da Comparticipação em Multas por Infrações Migratórias pelos funcionários do Serviço de Migração e Estrangeiros. — Revoga as disposições que contrariem o disposto no presente Decreto Executivo Conjunto.

Decreto Executivo Conjunto n.º 7/14:

Aprova a tabela de taxas dos actos migratórios. — Revoga os Decretos Executivos Conjuntos n.ºs 32/95, de 21 de Julho e 86/04, de 6 de Agosto, bem como toda a legislação que contrarie o disposto no presente diploma.

Ministérios da Economia e da Energia e Águas

Decreto Executivo Conjunto n.º 8/14:

Cria a Empresa de Águas e Saneamento do Huambo-E.P., abreviadamente, EASH-E.P., e aprova o seu Estatuto orgânico.

Ministérios das Relações Exteriores e das Finanças

Despacho Conjunto n.º 28/14:

Fixa o incentivo pecuniário de Ana Afonso Dias Lourenço, Administradora Suplente e Administradora em representação de Angola, África do Sul e Nigéria no Conselho de Administração do Banco Mundial, em USD 9.661,00.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Decreto Presidencial n.º 9/14
de 9 de Janeiro

Considerando que a Lei do Orçamento Geral do Estado de 2014, no seu artigo 4.º, autoriza o Executivo a contrair empréstimos e a realizar outras operações de crédito no mercado interno, para fazer face às necessidades de financiamento decorrentes dos investimentos públicos;

Tendo em conta a necessidade de se ampliar a participação das instituições financeiras estabelecidas em Angola no processo de financiamento ao Orçamento Geral do Estado, por meio da subscrição de Bilhetes do tesouro a emitir especialmente para esta finalidade;

Considerando que o n.º 1 do artigo 12.º do Decreto Presidencial n.º 259/10, de 18 de Novembro, define que compete ao Titular do Poder Executivo autorizar a emissão de Títulos da Dívida Pública Directa de curto prazo a se constituir sob forma de Bilhetes do Tesouro;

O Presidente da República decreta, nos termos da alínea d) do artigo 120.º e do n.º 1 do artigo 125.º, ambos da Constituição da República de Angola, o seguinte:

ARTIGO 1.º
(Autorização)

1. É autorizado o Ministro das Finanças a recorrer à emissão de Bilhetes do Tesouro, nos termos previstos nos artigos 12.º a 21.º do Decreto Presidencial n.º 259/10, de 18 de Novembro, até aos limites estabelecidos no Orçamento Geral do Estado.

2. Os recursos captados por meio da emissão referida no número anterior destinam-se ao financiamento do Orçamento Geral do Estado de 2014.

ARTIGO 2.º
(Bilhetes do Tesouro)

1. A colocação dos Bilhetes do Tesouro referida neste Diploma efectua-se directamente junto das instituições financeiras, através de leilão de preços, em conformidade com as normas e procedimentos a definir em Despacho do Ministro das Finanças.

2. O Ministro das Finanças pode autorizar a recompra ou o resgate antecipado dos referidos Bilhetes, nas condições previstas na legislação em vigor.

ARTIGO 3.º
(Garantia)

Os Bilhetes do Tesouro gozam da garantia de resgate integral na data de vencimento, por força das receitas gerais do Estado, estando os rendimentos auferidos sob forma de juros sujeitos ao que determina o Decreto Legislativo Presidencial n.º 5/11, de 30 de Dezembro.

ARTIGO 4.º
(Normas complementares)

1. O Ministro das Finanças deve estabelecer, por meio de Decreto Executivo, as demais normas complementares que se fizerem necessárias à implementação das medidas aprovadas no presente Decreto Presidencial.

2. Em tudo o que não se mostrar contrariado pela sua natureza, aplica-se aos Bilhetes do Tesouro de que trata o presente Decreto Presidencial e subsidiariamente o regime jurídico da dívida pública directa.

ARTIGO 5.º
(Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões que resultarem da interpretação e aplicação do presente Diploma são resolvidas pelo Presidente da República.

ARTIGO 6.º
(Entrada em vigor)

O presente Decreto Presidencial entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 31 de Dezembro de 2013.

O Presidente da República, JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS.

Decreto Presidencial n.º 10/14
de 9 de Janeiro

Considerando a necessidade de se regularizarem os atrasados decorrentes do processo de execução do Orçamento Geral do Estado de exercícios findos, em conformidade com o estabelecido na alínea a) do n.º 1 do artigo 11.º da Lei n.º 16/02, de 5 de Dezembro, Lei-Quadro da Dívida Pública Directa;

Tendo em conta os poderes atribuídos ao Presidente da República para a adopção de medidas tendentes a assegurar a correcta gestão e o eficiente reconhecimento e tratamento da dívida pública, previstos na Lei do Orçamento Geral do Estado 2014;

O Presidente da República decreta, nos termos da alínea d) do artigo 120.º e do n.º 1 do artigo 125.º da Constituição da República de Angola, o seguinte:

ARTIGO 1.º
(Autorização)

1. É autorizado o Ministro das Finanças a recorrer à emissão especial de Obrigações do Tesouro em Moeda Nacional (OT-MN), com as características e condições técnicas previstas no presente Decreto Presidencial, até ao valor de Kz: 196.000.000.000,00 (cento e noventa e seis mil milhões de kwanzas).

2. A emissão especial referida no número anterior é feita por conversão, após validação de atrasados da execução orçamental dos exercícios de 2011, 2012, e 2013.

ARTIGO 2.º
(Prazos de resgate)

1. O Ministro das Finanças deve estabelecer, por Decreto Executivo, o valor facial, a taxa de juro de cupão e os prazos de resgate destas obrigações, que devem ser inscritas na Obrigação Geral a que se refere o artigo 7.º da Lei n.º 16/02, de 5 de Dezembro, sobre o Quadro da Dívida Pública Directa.

2. Os prazos de resgate são de 4 a 10 semestres.

3. Os juros de cupão são pagáveis semestralmente em moeda de emissão, na respectiva data de vencimento ou no dia útil seguinte, quando aquele dia não seja útil.

4. O resgate é efectuado pelo valor ao par na data de emissão, acrescido dos juros do último cupão, ou pelo valor a ocorrer na respectiva data de vencimento, ou no dia útil seguinte, quando não seja útil.

5. Os títulos com as mesmas taxas de juro e datas de vencimento e de resgate consideram-se fungíveis, ainda que emitidos em séries diferentes.

6. O Ministro das Finanças é autorizado a estabelecer, nos limites da legislação em vigor, incentivos fiscais e benefícios em benefício dos titulares das Obrigações do Tesouro referidas neste Diploma.

ARTIGO 3.º
(Obrigações do Tesouro)

1. As Obrigações do Tesouro referidas neste Diploma são entregues directamente aos credores previstos nos Actos de Regularização, através das instituições financeiras autorizadas para a custódia dos títulos.

2. O Ministro das Finanças pode autorizar a recompra ou o resgate antecipado das referidas Obrigações, nas condições previstas na legislação em vigor.

ARTIGO 4.º

(Movimentação das Obrigações do Tesouro)

1. A colocação e a subsequente movimentação das Obrigações do Tesouro referidas neste Decreto Presidencial efectuem-se por forma meramente escritural, entre contas-títulos.

2. Compete ao Banco Nacional de Angola, tal como previsto no artigo 8.º do Decreto Presidencial n.º 259/10, de 18 de Novembro, a centralização do registo da titularidade das referidas Obrigações de Tesouro, sem prejuízo de as instituições de crédito e outros intermediários financeiros possuírem registos que lhes permitam gerir as carteiras dos respectivos clientes.

ARTIGO 5.º

(Garantias)

1. As Obrigações do Tesouro gozam da garantia de resgate integral na data de vencimento, por força das receitas gerais do Estado, estando os rendimentos auferidos sob a forma de juros sujeitos ao que determina o Decreto Legislativo Presidencial n.º 5/11, de 30 de Dezembro.

2. Cabe ao Banco Nacional de Angola a adopção de procedimentos adequados para a informação necessária à Direcção Nacional do Tesouro e à Unidade de Gestão da Dívida Pública do Ministério das Finanças.

ARTIGO 6.º

(Controlo e gestão da dívida pública)

Compete ao Ministério das Finanças o controlo e a gestão da dívida pública directa, conjuntamente com o Banco Nacional de Angola, os quais devem no âmbito das suas competências, publicar as estatísticas e as cotações das emissões e transacções das Obrigações do Tesouro, bem como emitir as instruções que se mostrem necessárias ao funcionamento e regulamentação do respectivo mercado.

ARTIGO 7.º

(Inscrição no OGE)

São inscritas no Orçamento Geral do Estado as verbas indispensáveis para acorrer ao serviço da dívida pública directa, regulada pelo presente Diploma.

ARTIGO 8.º

(Normas complementares)

1. O Ministro das Finanças deve estabelecer por meio de Decreto Executivo, as demais normas complementares necessárias à implementação das medidas aprovadas no presente Diploma.

2. Em tudo o que não se mostrar contrariado pela sua natureza, aplica-se às Obrigações do Tesouro de que trata o presente Decreto Presidencial, subsidiariamente, o regime jurídico da dívida pública directa.

ARTIGO 9.º

(Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Diploma são resolvidas pelo Presidente da República.

ARTIGO 10.º

(Entrada em vigor)

O presente Decreto Presidencial entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 31 de Dezembro de 2013.

O Presidente da República, JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS.

Decreto Presidencial n.º 11/14

de 9 de Janeiro

A Lei do Orçamento Geral do Estado de 2014, no seu artigo 4.º, autoriza o Executivo a contrair empréstimos e a realizar outras operações de crédito, no mercado interno e externo, para fazer face às necessidades de financiamento de despesas;

Tendo em conta a necessidade de se emitirem Obrigações do Tesouro a favor do Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA), de maneira a possibilitar que o mesmo cumpra na plenitude a sua missão de instrumento do Executivo para a execução política de desenvolvimento económico e social do País, tal como dispõe o n.º 1 do artigo 3.º do Decreto n.º 37/06, de 7 de Junho, que criou o BDA;

Cabendo ao Executivo definir as condições complementares a que devem obedecer a negociação, contratação e emissão de Obrigações do Tesouro, em conformidade com o estabelecido nos artigos 5.º e 8.º da Lei n.º 16/02, de 5 de Dezembro, Lei-Quadro da Dívida Pública Directa;

O Presidente da República decreta, nos termos da alínea d) do artigo 120.º e do n.º 1 do artigo 125.º, ambos da Constituição da República de Angola, o seguinte:

ARTIGO 1.º

(Autorização)

1. É autorizado o Ministro das Finanças a recorrer à emissão especial de Obrigações do Tesouro em Moeda Nacional (OT-MN), com as características e condições técnicas previstas no presente Decreto Presidencial, até ao valor de Kz: 27.440.000.000,00 (vinte e sete mil milhões quatrocentos e quarenta milhões de kwanzas).

2. Os títulos da emissão especial referida no número anterior são entregues directamente ao Banco de Desenvolvimento de Angola, pelo valor facial, sem desconto, como aumento de capital, desta maneira potencializando os rácios prudenciais do Banco e possibilitando assim a expansão das suas actividades creditícias.

ARTIGO 2.º

(Prazos de resgate)

1. O Ministro das Finanças deve estabelecer, por Decreto Executivo, o valor nominal, os prazos de resgate e o cronograma de emissão destas obrigações, que devem constar da Obrigação Geral a que se refere o artigo 7.º da Lei n.º 16/02, de 5 de Dezembro, Lei-Quadro da Dívida Pública Directa.

2. O prazo de resgate é de 20 anos.

3. Os juros de cupão são de 5% ao ano.

4. O resgate é efectuado pelo valor ao par, na moeda de emissão, na respectiva data de vencimento, ou no dia útil seguinte, quando aquele não seja útil.

ARTIGO 3.º
(Obrigações do Tesouro)

1. A colocação das Obrigações do Tesouro referidas neste Diploma efectuam-se no Banco Nacional de Angola, em conformidade com as normas e procedimento a definir em despacho do Ministro das Finanças.

2. O Banco de Desenvolvimento de Angola pode transaccionar estas Obrigações com as Instituições Financeiras Bancárias no mercado aberto de títulos, através de vendas definitivas ou com compromisso de recompra, a preços de mercado.

3. O Ministro das Finanças pode autorizar a recompra ou o resgate antecipado das referidas Obrigações, nas condições previstas na legislação em vigor.

ARTIGO 4.º
(Movimentação das Obrigações do Tesouro)

1. A colocação e a subsequente movimentação das Obrigações do Tesouro referidas neste Decreto Presidencial efectuam-se por forma meramente escritural, entre contas-títulos.

2. O Ministro das Finanças pode delegar ao Governador do Banco Nacional de Angola a centralização do registo da titularidade das referidas Obrigações do Tesouro, se prejuízo das instituições de crédito e outros intermediários financeiros possuírem registos que lhes permitam gerir as carteiras dos respectivos clientes.

3. Para efeitos do disposto no número anterior, o Banco Nacional de Angola deve observar os procedimentos estabelecidos para as demais formas de emissão de Obrigações do Tesouro, previstos no Decreto Presidencial n.º 259/10, de 18 de Novembro, que autoriza o Ministro das Finanças a recorrer à emissão de Títulos da Dívida Pública Directa, designados por Obrigações do Tesouro.

ARTIGO 5.º
(Garantias)

1. As Obrigações do Tesouro gozam da garantia de resgate integral na data de vencimento, por força das receitas gerais do Estado.

2. Cabe ao Banco Nacional de Angola a adopção de procedimentos adequados para a informação necessária sobre o resgate à Direcção Nacional do Tesouro e à Unidade de Gestão da Dívida Pública do Ministério das Finanças.

ARTIGO 6.º
(Controlo e gestão da dívida pública)

Compete ao Ministério das Finanças o controlo e a gestão da dívida pública directa, conjuntamente com o Banco Nacional de Angola, os quais devem no âmbito das suas competências, publicar as estatísticas e as cotações das emissões e transacções das Obrigações do Tesouro, bem como emitir as instruções que se mostrem necessárias ao funcionamento e regulamentação do respectivo mercado.

ARTIGO 7.º
(Inscrição no OGE)

São inscritas no Orçamento Geral do Estado as indispensáveis para acorrer ao serviço da dívida pública directa, regulada pelo presente Diploma.

ARTIGO 8.º
(Normas complementares)

1. O Ministro das Finanças deve estabelecer, por Decreto Executivo, as demais normas complementares necessárias à implementação das medidas aprovadas no presente Diploma.

2. Em tudo o que não se mostrar contrariado pela natureza, aplica-se às Obrigações do Tesouro de que o presente Decreto Presidencial, subsidiariamente, o direito jurídico da dívida pública directa.

ARTIGO 9.º
(Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões resultantes da interpretação do presente Diploma são resolvidas pelo Presidente da República.

ARTIGO 10.º
(Entrada em vigor)

O presente Decreto Presidencial entra em vigor desde a sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 31 de Dezembro de 2013.

O Presidente da República, JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS

Decreto Presidencial n.º 12/14
de 9 de Janeiro

Considerando que a Lei do Orçamento Geral do Estado de 2014, no seu artigo 4.º, autoriza o Executivo a emitir empréstimos e a realizar outras operações de crédito interno e externo, para fazer face às necessidades de financiamento decorrentes dos investimentos públicos;

Tendo em conta a necessidade de se ampliar a participação das instituições financeiras estabelecidas em Angola no processo de financiamento de longo prazo dos sectores de reconstrução nacional, por meio da subscrição de Obrigações do Tesouro a emitir especialmente para essa finalidade;

Considerando ainda que incumbe ao Poder Executivo autorizar a emissão de Títulos da Dívida Pública Directa designados por Obrigações do Tesouro, para o financiamento de médio e longo prazos, tal como estabelece o artigo 4.º do Decreto Presidencial n.º 259/10, de 18 de Novembro;

Cabendo ao Executivo definir as condições complementares a que obedecem a negociação, contratação e emissão de Obrigações do Tesouro, em conformidade com o estabelecido nos artigos 5.º e 8.º da Lei n.º 16/02, de 5 de Dezembro;

O Presidente da República decreta, nos termos da alínea d) do artigo 120.º, e do n.º 1 do artigo 125.º, da Constituição da República de Angola, o seguinte:

ARTIGO 1.º

(Autorização)

1. Está autorizado o Ministro das Finanças a recorrer à emissão de Obrigações do Tesouro com as características e condições técnicas previstas neste Decreto Presidencial, até aos limites estabelecidos no Orçamento Geral do Estado.

2. Os recursos captados por meio da emissão especial referida no número anterior destinam-se ao financiamento do Orçamento Geral do Estado de 2014.

ARTIGO 2.º

(Prazos de resgate)

1. O Ministro das Finanças deve estabelecer, por Decreto Executivo, a moeda de emissão, o valor nominal, a taxa de juro de cupão e os prazos de resgate destas Obrigações, que devem constar da Obrigação Geral a que se refere o artigo 7.º da Lei n.º 16/02, de 5 de Dezembro.

2. Os prazos de resgate são de 4 a 14 semestres.

3. Os juros de cupão são pagáveis semestralmente, na moeda de emissão, na respectiva data de vencimento, ou no dia útil seguinte, quando aquele dia não seja útil.

4. O resgate é efectuado pelo valor ao par, na moeda de emissão, acrescido dos juros do último cupão, também a ocorrer na respectiva data de vencimento, ou no dia útil seguinte, quando aquele dia não seja útil.

5. Os títulos com as mesmas taxas de juro e datas de resgate consideram-se fungíveis, ainda que emitidos em datas diferentes.

6. O Ministro das Finanças é autorizado a estabelecer, nos limites da legislação em vigor, incentivos fiscais e financeiros, em benefício dos titulares das Obrigações do Tesouro referidas neste Diploma.

ARTIGO 3.º

(Obrigações do Tesouro)

1. A colocação das Obrigações do Tesouro referidas neste Diploma efectua-se directamente junto das instituições financeiras, através de leilão de quantidade ou de preços, em conformidade com as normas e procedimentos a definir em Despacho do Ministro das Finanças.

2. As instituições que subscreverem as referidas Obrigações podem transaccioná-las entre si e com a clientela.

3. O Ministro das Finanças pode autorizar a recompra ou o resgate antecipado das referidas Obrigações, nas condições previstas na legislação em vigor.

ARTIGO 4.º

(Movimentação)

1. A colocação e a subsequente movimentação das Obrigações do Tesouro referidas neste Decreto Presidencial efectuam-se de forma meramente escritural, entre contas-títulos.

2. O Ministério das Finanças pode delegar ao Banco Nacional de Angola a centralização do registo da titularidade das referidas Obrigações do Tesouro, sem prejuízo de as instituições de crédito e outros intermediários financeiros possuírem registos que lhes permitam gerir as carteiras dos respectivos clientes.

3. Para efeitos do disposto no número anterior, o Banco Nacional de Angola deve observar os procedimentos já estabelecidos para as demais formas de emissão de Obrigações do Tesouro, contidas no Decreto n.º 259/10, de 18 de Novembro.

ARTIGO 5.º

(Garantia)

1. As Obrigações do Tesouro gozam da garantia de resgate integral na data de vencimento, por força das receitas gerais do Estado, estando os rendimentos auferidos sob a forma de juros sujeitos ao que determina o Decreto Legislativo Presidencial n.º 5/11, de 30 de Dezembro.

2. O Banco Nacional de Angola deve adoptar as providências do seu âmbito para proceder, directamente, ao crédito da Conta Única do Tesouro, pelo valor arrecadado da colocação dos Títulos do Tesouro na data da emissão e, de igual modo, proceder ao débito da CUT e ao crédito das contas de depósitos das respectivas instituições beneficiárias ou intermediadoras das operações, pelo montante correspondente ao pagamento de juros e resgate, nas respectivas datas.

3. Cabe, ainda, ao BNA a adopção de procedimentos adequados para a informação necessária à Direcção Nacional do Tesouro (DNT) e à Unidade de Gestão da Dívida Pública (UGD), do Ministério das Finanças.

ARTIGO 6.º

(Controle e gestão da dívida)

Compete ao Ministério das Finanças o controle e a gestão da dívida pública directa, conjuntamente com o Banco Nacional de Angola (BNA), os quais devem, no âmbito das suas competências, publicar as estatísticas e as cotações das emissões e transacções das Obrigações do Tesouro, bem como emitir as instruções que se mostrem necessárias ao funcionamento e regulamentação do respectivo mercado.

ARTIGO 7.º

(Inscrição no OGE)

São inscritas no Orçamento Geral do Estado as verbas indispensáveis para ocorrer ao serviço da dívida pública directa, regulada pelo presente Diploma.

ARTIGO 8.º

(Normas complementares)

1. O Ministro das Finanças deve estabelecer, por meio de Decreto Executivo, as demais normas complementares que se fizerem necessárias à implementação das medidas aprovadas no presente Decreto Presidencial.

2. Em tudo o que se não mostrar contrariado pela sua natureza, aplica-se às Obrigações do Tesouro de que trata o presente Decreto Presidencial, subsidiariamente, o regime jurídico da dívida pública directa.

ARTIGO 9.º

(Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Diploma são resolvidas pelo Presidente da República.

ARTIGO 10.º
(Entrada em vigor)

O presente Decreto Presidencial entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 31 de Dezembro de 2013.

O Presidente da República, JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS.

Decreto Presidencial n.º 13/14
de 9 de Janeiro

Havendo necessidade de se dar cumprimento ao disposto na Lei dos Recursos Biológicos Aquáticos, Lei n.º 6-A/04, de 8 de Outubro, e demais legislação aplicável sobre a gestão dos recursos biológicos aquáticos, relativamente às Medidas de Gestão das Pescarias Marinhas, da Pesca Continental e da Aquicultura para o ano de 2014, em relação aos peixes pelágicos e concretamente no que se refere ao longo período de defeso dirigido à espécie carapau;

Considerando que as Medidas de Gestão das Pescarias Marinhas, da Pesca Continental e da Aquicultura para o ano de 2014 estabelecem o período de veda para a pesca do carapau do Cunene nos meses de Maio a Agosto, factor que pode provocar uma excessiva procura da espécie carapau com influência nos preços praticados no mercado;

Visando suprir a escassez da oferta da espécie carapau decorrente da redução do período de pesca, no âmbito das medidas adoptadas para a recuperação dos limites biológicos de segurança deste recurso e tendo em conta que a Pauta Aduaneira dos Direitos de Importação aprovada pelo Decreto-Lei n.º 2/08, de 4 de Agosto, fixa para o carapau uma taxa de 30% de imposto de consumo;

Atendendo que a referida espécie de pescado constitui um dos principais elementos do cardápio da população angolana e, no intuito de precaver que este chegue ao consumidor final com um elevado custo, face às imposições fiscais decorrentes da Pauta Aduaneira;

Havendo necessidade de diminuir tais custos durante o reduzido período fixado para o exercício da actividade de pesca pelágica, isentando a importação do referido pescado de qualquer encargo fiscal e aduaneiro;

O Presidente da República decreta, nos termos da alínea d) do artigo 120.º e do n.º 1 do artigo 125.º, ambos da Constituição da República de Angola, o seguinte:

ARTIGO 1.º
(Contingente)

1. É autorizada a importação de um contingente de pescado carapau em condições de isenção de direitos aduaneiros.

2. O contingente de pescado carapau a importar no ano de 2014, nos termos do número anterior, é fixado em 90.000 toneladas, cuja desagregação por beneficiários privilegia as empresas detentoras de infra-estruturas em terra de processamento, tratamento ou conservação, bem como novos operadores económicos que demonstrem capacidade técnica e financeira e que manifestem interesse em importar em 2014.

ARTIGO 2.º
(Licenciamento e desembaraço aduaneiro)

1. As alfândegas devem instituir mecanismos de desembaraço aduaneiro com isenção dos respectivos direitos de importação de qualquer das quotas do contingente de pescado carapau, referidos nos artigos 3.º e 4.º

2. As empresas beneficiárias devem actuar como importadoras e distribuidoras para o abastecimento aos grandes consumidores no mercado nacional, estando-lhes vedada a venda ao público.

ARTIGO 3.º
(Quota por beneficiário)

1. O contingente de pescado carapau a importar no artigo 1.º é distribuído por quotas e beneficiários e a ser homologada pelo Ministro das Pescas.

2. Às Associações de Pesca devidamente reconhecidas pelo Ministério das Pescas compete:

- Organizar os armadores das respectivas paragens em Consórcios, para os mesmos procederem à importação do pescado, de acordo com a quota atribuída a cada membro do Consórcio;
- Velar pelo escalonamento dos períodos de importação dos no artigo 8.º;
- Assegurar, em colaboração com os órgãos competentes, a fiscalização, o cumprimento do previsto nos artigos anteriores.

ARTIGO 4.º
(Quota de reserva)

1. A importação da quota de reserva e a sua desagregação por beneficiários são determinadas por lista a ser homologada pelo Ministro das Pescas.

2. A lista homologada da quota de reserva é remetida à Direcção Nacional das Alfândegas, à medida que a quota de reserva for sendo desagregada por beneficiário, para a aplicação dos benefícios previstos no n.º 1 do artigo do presente Diploma.

ARTIGO 5.º
(Tamanhos permitidos a importar)

Só é permitida a importação do carapau de tamanho superior a 18cm de comprimento (18+), estando vedada a importação e desembarque e comercialização de carapau de tamanho inferior.

ARTIGO 6.º
(Portos de descarga e locais de entrada)

1. Para efeitos de desembarque do pescado carapau importado, são considerados como portos de desembarque e comercialização os seguintes:

- Porto Pesqueiro da Boavista em Luanda;
- Porto Comercial de Luanda;
- Porto-Cais da Peskwanza, em Porto Amboim;
- Porto Comercial de Cabinda;
- Porto Comercial do Lobito;
- Porto Comercial do Namibe.

2. Para o pescado transportado via terrestre são considerados os seguintes locais de entrada de pescado:

- a) Delegação Aduaneira de Katwiti;
- b) Delegação Aduaneira de Santa Clara;
- c) Delegação Aduaneira do Luau.

ARTIGO 7.º
(Regime de preços)

A venda de pescado carapau no País obedece ao regime de preços e margens de comercialização estabelecidas por lei.

ARTIGO 8.º
(Período de importação)

1. A importação deve ser efectuada a partir de 1 de Janeiro até 31 de Dezembro de 2014 e as descargas devem ser realizadas até ao dia 31 de Janeiro de 2015.

2. Fora do prazo acima descrito não são autorizadas descargas de pescado carapau importado, ao abrigo do presente Diploma.

ARTIGO 9.º
(Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões que resultarem da interpretação e aplicação do presente Diploma são resolvidas pelo Presidente da República.

ARTIGO 10.º
(Entrada em vigor)

O presente Decreto Presidencial entra em vigor na data da sua publicação.

Apreciado pela Comissão Económica do Conselho de Ministros, em Luanda, aos 11 de Dezembro de 2013.

Publique-se.

Luanda, aos 31 de Dezembro de 2013.

O Presidente da República, JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS.

MINISTÉRIOS DO INTERIOR E DAS FINANÇAS

Decreto Executivo Conjunto n.º 6/14 de 9 de Janeiro

Considerando que a Lei n.º 2/07, de 31 de Agosto, sobre o Regime Jurídico dos Estrangeiros, prevê a aplicação de Multas pelas Infracções Migratórias, cujas modalidades de afectação e distribuição dos montantes arrecadados estão previstas no Decreto n.º 17/96, de 29 de Julho;

Havendo necessidade de aprovação do respectivo Regulamento de Comparticipação em Multas por Infracções Migratórias dos agentes públicos investidos de funções de inspecção e fiscalização no Serviço de Migração e Estrangeiros, bem como aqueles que directa ou indirectamente intervêm no processo de aplicação de multas;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com os 1.ºs 1 e 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, determina-se:

1. É aprovado o Regulamento da Comparticipação em Multas pelos funcionários do Serviço de Migração e Estrangeiros, anexo ao presente Diploma do qual é parte integrante.

2. A totalidade da receita resultante da cobrança das multas dá entrada na Conta Única do Tesouro, através do Documento de Arrecadação de Receitas (DAR), sob a rubrica orçamental «Multas e Outras Penalidades».

3. São revogadas as disposições que contrariem o disposto no presente Decreto Executivo Conjunto.

4. As dúvidas e omissões suscitadas pela interpretação e aplicação do presente Diploma são resolvidas por Despacho Conjunto dos Ministros das Finanças e do Interior.

5. O presente Decreto Executivo Conjunto entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 23 de Dezembro de 2013.

O Ministro do Interior, *Ángelo de Barros Veiga Tavares*.

O Ministro das Finanças, *Armando Manuel*.

REGULAMENTO DE COMPARTICIPAÇÃO EM MULTAS POR INFRAÇÕES MIGRATÓRIAS

CAPÍTULO I Disposições Gerais

ARTIGO 1.º
(Objecto)

O presente Regulamento tem por objecto estabelecer as normas de procedimento para atribuição da comparticipação dos funcionários do Serviço de Migração e Estrangeiros no produto das multas resultantes da aplicação de sanções pecuniárias que ocorrem em infracções migratórias, nos termos da Lei n.º 2/07, de 31 de Agosto.

ARTIGO 2.º
(Âmbito da aplicação)

O presente Regulamento é aplicável aos funcionários da carreira especial e do regime geral da Função Pública, todos adstritos ao Serviço de Migração e Estrangeiros.

ARTIGO 3.º
(Exclusões)

Estão excluídos da aplicação do presente Regulamento:

- a) Os funcionários do S. M. E., em situação de reforma; e
- b) Os funcionários que durante o período em pagamento tenham sido sancionados com pena superior à censura registada, bem como aqueles que por razões não justificadas não estejam em actividade.

ARTIGO 4.º
(Competência para a aplicação da multa)

A aplicação das multas previstas na Lei n.º 2/07, de 31 de Agosto, é da competência do Director do Serviço de Migração e Estrangeiros, podendo este delegar nos Directores Provinciais, nos termos do artigo 109.º do referido Diploma Legal.

ARTIGO 5.º (Definições)

Para efeitos do presente Regulamento considera-se:

1. *Participante*: — Todos aqueles que de forma directa ou indirecta tenham contribuído para a aplicação da multa nos termos do artigo 3.º do Decreto n.º 17/96, de 29 de Julho.

2. *Participante Directo*: — Os denunciante, guias, descobridores ou apreensores, ainda que não sejam funcionários do S. M. E.

a) *Funcionário do S. M. E.*: — Aquele que desempenhando funções no S. M. E. actue como denunciante, descobridor, guia e apreensor em flagrante delito, (participante directo) ou como mero participante indirecto;

b) *Particular*: — A pessoa singular que denuncia ou se assuma como guia ou descobridor de determinada infracção migratória;

c) *Participante indirecto*: — Os funcionários do Serviço de Migração e Estrangeiros em geral.

ARTIGO 6.º (Cálculo do montante bruto)

Do valor das multas resultantes das infracções de natureza migratória, comprovada a sua entrada nos cofres do Estado, exclui-se o adicional de 10%, destinado ao orçamento da Província em cuja área de jurisdição tiver sido cometida a infracção, bem como os 10% (dos cinquenta a que tem direito) servirá para alimentar o fundo social dos trabalhadores, conforme o previsto no artigo 5.º do Decreto n.º 17/96, de 29 de Julho.

ARTIGO 7.º (Apuramento do valor da comparticipação)

A partir da operação prévia a que alude o artigo anterior, o valor remanescente será decomposto em duas Partes:

- 50% dá entrada na Conta Única do Tesouro; e
- 50% destinados ao Participante (Directo e Indirecto), a título de comparticipação.

ARTIGO 8.º (Afectação dos valores)

O valor monetário previsto na alínea b) do artigo anterior constitui uma unidade que corresponde a 100% e tem a seguinte afectação:

- 15% para o Participante Directo, nos termos do artigo 4.º do Decreto n.º 17/96, de 29 de Julho, se o houver;
- 75% para a comparticipação a que tem direito o Participante indirecto; e
- 10% para o fundo social dos trabalhadores.

ARTIGO 9.º (Modo de distribuição)

1. O valor das multas aplicadas e cobradas com base na Lei n.º 2/07, de 31 de Agosto, será distribuído nos termos do Decreto n.º 17/96, de 29 de Julho.

2. A distribuição do percentual destinado ao Participante Indirecto é da competência do Ministro do Interior.

CAPÍTULO II Dos Procedimentos

ARTIGO 10.º (Da participação ou denúncia)

1. O Participante Directo que detectar uma infracção um infractor pode fazer a denúncia por via da internet, dirigir-se ao Piquete de Fiscalização ou a um posto de atendimento do S. M. E.

2. A participação por escrito deve compreender o preenchimento e assinatura do formulário com os dados de identificação pessoal do Participante Directo, a qual a fotocópia do bilhete de identidade, passaporte ou carta de residência e conta bancária.

3. Sempre que possível deve fazer constar os dados de identificação do infractor, com relevância a nacionalidade, endereço e situação migratória, para aferir a pertinência da denúncia.

4. No caso de denúncia anónima, considera-se Participante Directo, o funcionário ou a equipa que estiver incumbida de guias, descobrir a infracção ou efectuar a detenção ou prisão do infractor em flagrante delito, assim como o funcionário no posto de fronteira, no guichet, ou, sendo funcionário de fiscalização, actuar uma infracção.

ARTIGO 11.º (Do registo)

1. No acto de recepção da denúncia ou da comunicação traduzida em infracção, o funcionário deverá proceder ao registo em livro próprio, ou no sistema informático disponível, para confirmação da existência da infracção.

2. O acto de confirmação da infracção descrita no artigo anterior é concretizado mediante emissão do competente auto de transgressão, que é anexo ao processo visado na emissão da nota de liquidação e consequente pagamento da multa através do Documento de Arrecadação de Receitas (DAR).

ARTIGO 12.º (Do processamento)

1. Para efeitos do processamento do valor da comparticipação nas multas a que as Direcções Provinciais têm direito, estas devem remeter às Delegações Provinciais do Ministério das Finanças um boletim mensal relativo ao mês anterior, para efeitos de confirmação da entrada na Conta Única do Tesouro.

2. Após confirmação da entrada do valor arrecadado na Conta Única do Tesouro pela Delegação Provincial das Finanças, o boletim mensal relativo ao mês deve ser remetido ao Departamento de Planeamento e Finanças do S. M. E.

3. A não-observância do disposto no número anterior implica a perda do direito de comparticipação no período em causa.

4. A nível Central este procedimento é automático e em conformidade com o Sistema de Arrecadação de Receitas em vigor.

ARTIGO 13.º
(Do pagamento)

1. O pagamento do valor da comparticipação deve ser feito mensalmente por via de crédito em conta bancária titulada pelo beneficiário.

2. No caso de o Participante Directo ser um particular deverá juntar fotocópia do bilhete identidade e da conta bancária para efectivo de pagamento.

Luanda, aos [...] de Dezembro de 2013.

O Ministro do Interior, *Ángelo de Barros Veiga Tavares*.

O Ministro das Finanças, *Armando Manuel*.

Decreto Executivo Conjunto n.º 7/14
de 9 de Janeiro

Considerando que a Lei n.º 2/07, de 31 Agosto, que aprova o Regime Jurídico dos Estrangeiros na República de Angola e o Decreto n.º 3/00, de 14 de Janeiro, sobre o processo de emissão do passaporte nacional e o regime de entrada e saída dos cidadãos nacionais do território angolano, determinam a fixação de taxas na concessão dos actos migratórios;

Havendo necessidade de actualizar os valores constantes do Decreto Executivo Conjunto n.º 32/95, de 21 de Julho, assim como do Decreto Executivo Conjunto n.º 86/04, de 6 de Agosto, que estabelece o valor do custo dos modelos, vinhetas e formulários para concessão de actos migratórios;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com os n.ºs 1 e 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, determina-se:

1. É aprovada a tabela de taxas dos actos migratórios, anexa ao presente Diploma, do qual é parte integrante.

2. Para efeitos deste Diploma, entende-se por:

a) *Taxa migratória* — a contrapartida monetária paga pelo interessado pela solicitação de um acto ou serviço migratório;

b) *Taxa de deslocação* — a contrapartida paga pelo interessado pela solicitação da deslocação do serviço migratório.

3. Só os actos migratórios constantes da tabela anexa estão sujeitos a taxa.

4. Compete ao Serviço de Migração e Estrangeiros proceder à liquidação e à cobrança das taxas devidas pela prática de actos migratórios.

5. Estão isentos de pagamento de taxas:

a) O Estado, as Autarquias Locais e os Institutos Públicos, pela solicitação e prorrogação de passaportes de serviço;

b) A pessoa singular, pela solicitação de salvo-conduto ou título de viagem para refugiado.

6. A aquisição de vinhetas, modelos e impressos utilizados na emissão do passaporte nacional pelas Missões Diplomáticas ou Consulares de Angola deve ser feita em modelo próprio, definido pelo Ministro do Interior.

7. A taxa deve ser paga por meio de depósito ou transferência bancária, numa única prestação.

8. A totalidade resultante da cobrança das taxas dá entrada na Conta Única do Tesouro, através do Documento de Arrecadação de Receitas (DAR), sob a rubrica orçamental «Emolumentos e Taxas Diversas».

9. Cem por cento do valor arrecadado constitui receita do OGE, dos quais quarenta por cento constitui dotação orçamental a ser atribuído por transferência a favor do Serviço de Migração e Estrangeiros.

10. As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Diploma são resolvidas por Despacho Conjunto dos Ministros das Finanças e do Interior.

11. São revogados os Decretos n.ºs 32/95, de 21 de Julho, e 86/04, de 6 de Agosto, bem como toda a legislação que contrarie o disposto no presente Diploma.

12. Este Diploma entra imediatamente em vigor.
Publique-se.

Luanda, aos 23 de Dezembro de 2013.

O Ministro do Interior, *Ángelo de Barros Veiga Tavares*.

O Ministro das Finanças, *Armando Manuel*.

Tabela de Taxas dos Actos Migratórios, a que se refere o Ponto 1 do Decreto Executivo Conjunto

| N.º | Actos Migratórios | Taxa |
|-----|---|-----------|
| 01 | Autorização para concessão de vistos consulares | 4.800,00 |
| 02 | Autorização de permanência de visita a bordo de navio (1 ano) | 8.000,00 |
| 03 | Autorização de permanência e visita a bordo de navio (24 horas) | 1.000,00 |
| 04 | Autorização de embarque e desembarque de tripulante | 1.600,00 |
| 05 | Averbamento de menores em passaporte ordinário | 2.000,00 |
| 06 | Cartão de residência temporária do tipo A | 24.000,00 |
| 07 | Cartão de residência temporário do tipo B | 20.000,00 |
| 08 | Cartão de residência permanente | 16.000,00 |
| 09 | Certidão de tempo de permanência em Angola | 4.000,00 |
| 10 | Comunicação de mudança de domicílio para residência | 1.000,00 |
| 11 | Comunicação de ausência do País por período superior a seis (6) meses | 1.000,00 |
| 12 | Prorrogação de visto de trabalho de tipo A, B, C, D, E e F | 20.000,00 |
| 13 | Prorrogação de visto de privilegiado A, B, C e D | 28.000,00 |
| 14 | Prorrogação de visto de permanência temporária | 12.000,00 |
| 15 | Prorrogação de visto de estudo | 4.000,00 |
| 16 | Prorrogação de visto de tratamento médico | 2.500,00 |
| 17 | Prorrogação de visto de turismo | 8.000,00 |

| N.º | Actos Migratórios | Taxa |
|-----|---|-----------|
| 18 | Prorrogação de visto de curta duração | 8.000,00 |
| 19 | Prorrogação da permanência para visto ordinário pela primeira vez | 8.000,00 |
| 20 | Prorrogação de permanência para visto ordinário pela segunda vez | 16.000,00 |
| 21 | Prorrogação de visto para fixação de residência | 8.000,00 |
| 22 | Passaporte de serviço ou diplomático e sua prorrogação | Grátis |
| 23 | Passaporte ordinário | 2.000,00 |
| 24 | Passaporte para estrangeiros | 3.000,00 |
| 25 | Passe à terra | 1.000,00 |
| 26 | Renovação de residência temporária de tipo A | 12.000,00 |
| 27 | Renovação de residência temporária de tipo B | 8.000,00 |
| 28 | Renovação de cartão de residência | 8.000,00 |
| 29 | Reemissão de cartão de residência temporária de tipo A | 12.000,00 |
| 30 | Reemissão de cartão de residência temporária de tipo B | 8.000,00 |
| 31 | Registo de filho de estrangeiro nascido em Angola | 1.000,00 |
| 32 | Reemissão de cartão de residência permanente | 6.000,00 |
| 33 | Reemissão de passaporte ordinário por: | |
| a) | Perda, extravio, destruição | 8.000,00 |
| b) | Esgotamento de páginas de vistos | 2.000,00 |
| c) | Mudança de estado civil, profissional | 1.000,00 |
| d) | Mudança de fisionomia | 2.800,00 |
| 34 | Renovação de cartão de residente fronteiriço | 1.000,00 |
| 35 | Salvo-conduto para estrangeiros | 2.000,00 |
| 36 | Salvo-conduto para nacionais | Grátis |
| 37 | Transformação de visto de estudo para de trabalho | 16.000,00 |
| 38 | Transformação de visto permanente temporário para autorização de residência | 20.000,00 |
| 39 | Transformação de visto privilegiado para autorização de residência | 40.000,00 |
| 40 | Transformação de visto ordinário e visto de turismo para tratamento médico | 8.000,00 |
| 41 | Título de viagem para refugiado | Grátis |
| 42 | Visto de trânsito | 4.000,00 |
| 43 | Visto de trabalho | 40.000,00 |
| 44 | Visto privilegiado | 40.000,00 |
| 45 | Visto de fronteira | 8.000,00 |
| 46 | Visto de permanência temporária | 20.000,00 |
| 47 | Visto de estudo | 8.000,00 |
| 48 | Visto de tratamento médico | 8.000,00 |
| 49 | Visto de transbordo | 8.000,00 |
| 50 | Visto de curta duração | 4.000,00 |
| 51 | Visto de turismo | 16.000,00 |
| 52 | Visto ordinário | 20.000,00 |
| 53 | Vinhetas de vistos | 1.000,00 |
| 54 | Prestação de serviço migratório aos navios estrangeiros: | |
| a) | Longo curso | |
| b) | Cabotagem | 24.000,00 |
| c) | Pesqueiro | 18.000,00 |
| 55 | Prestação de serviço migratório aos navios nacionais: | |
| a) | Longo curso | |
| b) | Cabotagem | 12.000,00 |
| | | 4.000,00 |

| N.º | Actos Migratórios |
|-----|---|
| c) | Pesqueiro |
| 56 | Prestação de serviço migratório às aeronaves estrangeiras: |
| a) | Grande porte com capacidade de mais de 130 pessoas |
| b) | Médio porte com capacidade de 35 a 130 passageiros |
| c) | Pequeno porte com capacidade de 1 a 130 passageiros |
| 57 | Prestação de serviço migratório às aeronaves nacionais: |
| a) | Grande porte com capacidade de mais de 130 passageiros |
| b) | Médio porte com capacidade de 35 a 130 passageiros |
| c) | Pequeno porte com capacidade de 1 a 130 passageiros |
| 58 | Prestação de serviço resultante da recolha de impressão digital fora do SME |

O Ministro do Interior, *Ângelo de Barros Veiga*

O Ministro das Finanças, *Armando Manuel*.

MINISTÉRIOS DA ECONOMIA E DA ENERGIA E ÁGUAS

Decreto Executivo Conjunto n.º 8/14 de 9 de Janeiro

Considerando o nível de investimentos públicos em domínio da melhoria, construção, reabilitação e expansão dos sistemas de abastecimento de água e de saneamento em cada uma das províncias do País;

Atendendo a que o Programa de Desenvolvimento do Sector das Águas e respectivo Plano de Acção de Médio e Longo Prazos, aprovados através da Resolução n.º 10/04, de 11 de Junho, estabelecem a necessidade de empresarialização da gestão e exploração dos sistemas de abastecimento público de água e de saneamento, tendo em vista a sua optimização, no quadro da consolidação das actividades do Estado em matéria de serviços de abastecimento público de água e de saneamento;

Convindo dotar os serviços de distribuição de água e saneamento da Província do Huambo de uma concessão local, no âmbito do Sector Público Empresarial do Estado, conforme previsto no Programa Executivo do Sector das Águas para 2009, aprovado pela Resolução n.º 1/09, de 16 de Março;

Em conformidade com os poderes delegados ao Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, conjugado com o n.º 2 do artigo 40.º da Lei n.º 11/03, de 3 de Setembro, determina-se:

ARTIGO 1.º (Criação)

É criada a empresa de Águas e Saneamento do Huambo E.P., abreviadamente, EASH-E.P., e aprovado o respectivo Estatuto Orgânico, anexo ao presente Decreto Executivo, que dele faz parte integrante.

ARTIGO 2.º
(Incorporação de bens)

1. São incorporados no património da EASH-E.P., livres de quaisquer ónus ou encargos, todos os bens, obras, equipamentos, instalações e acessórios afectos aos sistemas públicos de abastecimento de água e de saneamento.

2. Sem prejuízo do número anterior, são transferidos, automaticamente, para a esfera jurídica da EASH-E.P. todos os direitos e obrigações decorrentes da exploração dos sistemas de abastecimento público de água e de saneamento da Província do Huambo.

3. Para efeitos dos números anteriores, compete ao Governo da Província do Huambo, no prazo de 90 dias, apresentar aos Ministérios da Economia, das Finanças e da Energia e Águas o inventário de todos os bens afectos aos sistemas de abastecimento público de água e de saneamento da Província do Huambo.

ARTIGO 3.º
(Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Decreto Executivo são resolvidas por Despacho dos Ministros da Economia e da Energia e Águas.

ARTIGO 4.º
(Entrada em vigor)

O presente Decreto Executivo entra em vigor na data da sua publicação.

Luanda, aos 25 de Setembro de 2013.

Publique-se.

O Ministro da Economia, *Abrahão Pio dos Santos Gourgel*.

O Ministro da Energia e Águas, *João Baptista Borges*.

ESTATUTO ORGÂNICO DA EMPRESA DE ÁGUAS E SANEAMENTO DO HUAMBO-E.P.

CAPÍTULO I **Disposições Gerais**

ARTIGO 1.º
(Denominação e natureza)

1. A Empresa adopta a denominação de Empresa de Águas e Saneamento do Huambo-E.P., abreviadamente designada, EASH-E.P.

2. A EASH-E.P. é uma empresa de interesse público, de média dimensão, dotada de personalidade jurídica e de autonomia administrativa, financeira, patrimonial e de gestão.

3. A capacidade jurídica da EASH-E.P. abrange todos os direitos e obrigações necessários à prossecução do seu objecto social, nos termos dos presentes estatutos.

ARTIGO 2.º
(Regime jurídico)

A EASH-E.P. rege-se pela legislação aplicável às empresas públicas, pelo presente estatuto, seus regulamentos e, no

que não for especialmente regulado, pelas normas de Direito Comercial e demais normas de direito privado em vigor.

ARTIGO 3.º
(Âmbito, sede e representações)

1. A EASH-E.P. é uma empresa de âmbito provincial.

2. A EASH-E.P. tem a sua sede na Cidade de Huambo, podendo, por deliberação do Conselho de Administração, estabelecer filiais, sucursais ou outras formas de representação em qualquer parte do território da província, sempre que a realização do seu objecto o justifique.

3. O estabelecimento de filiais, sucursais ou outras formas de representação da empresa, em qualquer parte do território da província, do País ou no estrangeiro, carece de observância prévia das disposições legais aplicáveis.

ARTIGO 4.º
(Objecto social)

1. A EASH-E.P. tem por objecto a gestão e exploração de sistemas públicos de abastecimento de água, saneamento de águas residuais na Província do Huambo.

2. A EASH-E.P. pode exercer, directamente ou em associação com terceiros, actividades acessórias ou complementares relacionadas com o seu objecto principal, nos termos da legislação em vigor.

3. A empresa pode, igualmente, nos termos da legislação em vigor, estabelecer com entidades nacionais ou estrangeiras as formas de associação ou cooperação que melhor possibilitem a realização do seu objecto social.

4. O exercício das actividades referidas nos números anteriores carece, nos termos da legislação em vigor, de autorização prévia do órgão de tutela, ouvido o Ministro responsável pelo Sector Empresarial Público, mediante proposta do Conselho de Administração.

ARTIGO 5.º
(Capital estatutário)

1. O capital estatutário da EASH-E.P. é, em Kwanzas, o equivalente a USD 1.698.152,00, representado pelo seu património, podendo ser reforçado com dotações do Estado e por incorporação de reservas.

2. O aumento do capital estatutário pode ter lugar mediante prévia autorização do Ministro responsável pelo Sector Empresarial Público, sob proposta do Conselho de Administração, nos termos da legislação em vigor.

CAPÍTULO II **Organização e Funcionamento**

SECÇÃO I **Dos Órgãos em Geral**

ARTIGO 6.º
(Órgãos)

São órgãos da EASH-E-P.:

- a) O Conselho de Administração;
- b) Fiscal-Único.

SECÇÃO II
Dos Órgãos em Especial

SUBSECÇÃO I
Conselho de Administração

ARTIGO 7.º
(Natureza e composição)

1. O Conselho de Administração é o órgão de gestão e de administração da EASH-E.P., que responde perante o Executivo, sem prejuízo da responsabilidade civil em que os seus membros se constituem perante a empresa ou terceiros e da responsabilidade criminal em que incorram.

2. O Conselho de Administração é composto por 3 membros, sendo um deles o Presidente, cuja designação consta do acto de nomeação.

3. Os membros do Conselho de Administração são nomeados e exonerados pelo Ministro responsável pelo Sector Empresarial Público, sob proposta do Ministro que tutela o Sector da actividade da empresa.

ARTIGO 8.º
(Competências do Conselho de Administração)

Ao Conselho de Administração compete, sem prejuízo dos poderes da tutela:

- a) Aprovar os objectivos e as políticas de gestão da empresa;
- b) Aprovar os planos de actividade e financeiros anuais e plurianuais e os orçamentos anuais;
- c) Aprovar os documentos de prestação de contas;
- d) Aprovar a aquisição e a alienação de bens e de participações financeiras, quando as mesmas não estejam previstas nos orçamentos anuais aprovados;
- e) Aprovar a organização técnico-administrativa da empresa e as normas de funcionamento interno;
- f) Aprovar as normas relativas ao pessoal e respectivo estatuto;
- g) Submeter à aprovação ou autorização do órgão de tutela os actos que, nos termos da lei ou do estatuto, o devam ser;
- h) Gerir e praticar os actos relativos ao objecto da empresa;
- i) Submeter à aprovação das entidades competentes os preços ou tarifas a praticar pela empresa;
- j) Submeter à aprovação das entidades competentes à aprovação de empréstimos de curto, médio ou longo prazo;
- k) Constituir mandatários com os poderes que julgar convenientes;
- l) Exercer as demais competências que decorram da lei.

ARTIGO 9.º
(Delegação de poderes)

Sem prejuízo do direito de avocar as competências delegadas, o Conselho de Administração pode, dentro dos limites legais e estatutários, delegar algumas das suas competências a um ou mais dos seus membros, através de:

- a) Designação de administradores-delegados;
- b) Nomeação de responsáveis;
- c) Constituição de comissões executivas;
- d) Procuração para actos específicos.

ARTIGO 10.º
(Presidente do Conselho de Administração)

1. Compete, especialmente, ao Presidente do Conselho de Administração ou a quem delegar:

- a) Representar a empresa em juízo e fora dele, e passivamente;
- b) Coordenar a actividade do Conselho de Administração;
- c) Convocar e presidir às reuniões do Conselho de Administração;
- d) Zelar pela correcta aplicação das deliberações do Conselho de Administração;
- e) Assegurar as relações com o Executivo;
- f) Exercer as demais competências que decorram da lei ou lhe sejam delegadas pelo Conselho de Administração.

2. O Presidente ou quem o substituir tem sempre a qualidade.

ARTIGO 11.º
(Pelouros)

1. Sob proposta do Ministro responsável pelo Sector Empresarial, o Ministro responsável pelo Sector Empresarial atribui pelouros aos administradores, os quais respondem a uma ou mais áreas de actividade da empresa, visando a necessária desconcentração de poderes e o enriquecimento das actividades da empresa.

2. Compete, especialmente, aos administradores, nos termos do número anterior:

- a) Coordenar as actividades das respectivas áreas e zelar pela correcta aplicação, a respeito das deliberações do Conselho de Administração;
- b) Acompanhar as actividades da empresa e adoptar as medidas tendentes à maximização dos resultados e outras que entendam convenientes;
- c) Exercer as demais competências que lhes forem atribuídas pelo Conselho de Administração.

ARTIGO 12.º
(Reuniões e deliberações do Conselho de Administração)

1. O Conselho de Administração reúne-se ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que for convocado pelo seu Presidente, por sua iniciativa ou a requerimento da maioria dos seus membros.

2. As deliberações do Conselho de Administração são tomadas na presença da maioria dos seus membros no exercício de funções, e por maioria simples de votos.

3. Às reuniões do Conselho de Administração podem estar presentes outras pessoas, especialmente, convidados para o efeito, mas sem direito a voto.

4. Podem assistir às reuniões do Conselho de Administração o Fiscal-Único, quando solicitado pelo Conselho de Administração.

5. Os membros do Conselho de Administração têm o dever especial de não divulgar os assuntos debatidos no Conselho ou factos inerentes à empresa ou empresas participadas, de que tenham conhecimento no exercício das suas funções, devendo, igualmente, conservar a documentação, em lugar seguro, com a classificação de confidencial.

6. De todas as reuniões do Conselho de Administração são lavradas actas, em livros próprios, as quais são, obrigatoriamente, assinadas por todos os membros que delas hajam participado e das quais devem constar:

- a) Os assuntos discutidos;
- b) A súmula das decisões;
- c) As deliberações tomadas;
- d) Os votos vencidos, quando os houver.

ARTIGO 13.º (Mandato)

1. O mandato dos membros do Conselho de Administração tem a duração de cinco anos, renovável por uma ou mais vezes.

2. Findo o mandato, os membros do Conselho de Administração continuam no exercício de funções até à efectiva substituição ou declaração de cessação de funções.

ARTIGO 14.º (Modo de obrigar a empresa)

1. A empresa obriga-se pelas assinaturas de dois membros do Conselho de Administração, sendo um deles o presidente, ou de dois administradores especialmente autorizados pelo Conselho de Administração para um fim específico, ou de um procurador, especialmente mandatado, para o efeito, pelo Conselho de Administração.

2. Em assuntos de mero expediente, basta a assinatura de um administrador.

ARTIGO 15.º (Responsabilidade dos membros do Conselho de Administração)

1. Os membros do Conselho e Administração da empresa são responsáveis civilmente perante esta pelos prejuízos causados por actos ou omissões praticados com a preterição dos deveres legais ou estatutários, salvo prova em contrário.

2. Não são responsáveis, pelo prejuízo causado em execução de uma deliberação do Conselho de Administração, os administradores que nela não tenham participado ou hajam votado vencidos.

3. O parecer do Fiscal-Único não exonera, a respeito de responsabilidade, os administradores.

4. O disposto nos números anteriores não exclui a responsabilidade criminal ou disciplinar em que incorram, nos termos da legislação em vigor.

ARTIGO 16.º (Remuneração dos membros do Conselho de Administração)

As remunerações dos membros do Conselho de Administração são fixadas nos termos da legislação em vigor.

SUBSECÇÃO II Fiscal-Único

ARTIGO 17.º (Natureza)

1. O Fiscal-Único é o órgão singular de fiscalização e controlo da actividade da EASH-E.P.

2. O Fiscal-Único é nomeado por despacho do Ministro responsável pelo Sector Empresarial Público.

3. As remunerações devidas ao Fiscal-Único são fixadas nos termos da legislação em vigor.

ARTIGO 18.º (Competências do Fiscal-Único)

1. Compete ao Fiscal-Único:

- a) Fiscalizar a gestão e o cumprimento das normas reguladoras da actividade da empresa;
- b) Emitir parecer sobre o relatório e contas de exercício da empresa;
- c) Emitir parecer sobre o orçamento e as operações financeiras da empresa;
- d) Certificar os valores patrimoniais pertencentes à empresa ou por ela detidos, como garantia, depósito ou a qualquer título;
- e) Emitir, em data legalmente estabelecida, pareceres sobre os documentos de prestação de contas da empresa, designadamente o relatório e contas de exercício;
- f) Pronunciar-se sobre quaisquer assuntos que lhe sejam submetidos pelos órgãos de gestão da empresa;
- g) Verificar os critérios valorimétricos utilizados pela empresa, os quais possam conduzir a correcta avaliação do património e dos resultados;
- h) Proceder à verificação regular dos fundos e valores patrimoniais existentes e fiscalizar a escrituração da contabilidade da empresa;
- i) Elaborar relatórios anuais sobre a sua acção de fiscalização e submetê-los à apreciação do Ministro responsável pelo Sector Empresarial Público, com conhecimento ao Ministro responsável pelo Sector da Actividade.
- j) Participar aos órgãos competentes qualquer irregularidade de que tenha conhecimento;
- k) Solicitar a convocação de reunião extraordinária do Conselho de Administração, sempre que o entenda conveniente;
- l) Pronunciar-se sobre quaisquer outros assuntos de interesse da empresa.

2. Os pareceres do Fiscal-Único são emitidos no prazo de 15 dias, a partir da data da recepção dos respectivos pedidos.

3. Sempre que o julgue necessário, para o correcto desempenho das suas competências, o Fiscal-Único pode fazer-se assistir por auditores externos, correndo por conta da empresa os encargos pelos serviços prestados.

ARTIGO 19.º
(Incompatibilidades)

1. Não deve ser nomeado Fiscal-Único da empresa:
 - a) Os que exerçam funções na gestão da empresa ou os que tenham exercido nos dois anos precedentes;
 - b) Os que prestam serviços remunerados com carácter permanente à empresa;
 - c) Os que exercem funções de gestão em empresas ou sociedades concorrentes ou associadas;
 - d) Os interditos, os inabilitados, insolventes, falidos ou inibidos do exercício das funções públicas;
 - e) Os cônjuges, parentes e afins na linha recta de pessoas impedidas nos termos das alíneas a), b) e c).
2. A superveniência de alguns dos factos indicados nas alíneas do número anterior implica a caducidade da nomeação.
3. A nomeação do Fiscal-Único da empresa, para o exercício de funções de direcção na empresa, implica, igualmente, a caducidade da sua anterior nomeação.

ARTIGO 20.º
(Poderes)

Para o desempenho das suas funções, o Fiscal-Único pode:

- a) Obter dos serviços competentes a apresentação, para exame e verificação, os livros, registos e outros documentos da empresa, bem como verificar a existência e quaisquer valores, nomeadamente, dinheiro, títulos, mercadorias e outros bens;
- b) Obter dos órgãos de gestão ou de qualquer dos seus membros as informações ou esclarecimentos sobre a actividade e funcionamento da empresa ou sobre qualquer dos seus negócios;
- c) Solicitar a terceiros, que tenham realizado operações com ou por conta da empresa, as informações de que necessitem para esclarecimento dessas operações;
- d) Assistir, sempre que julgue conveniente, às reuniões do Conselho de Administração.

ARTIGO 21.º
(Deveres)

1. Constituem deveres gerais do Fiscal-Único:
 - a) Exercer uma fiscalização conscienciosa e imparcial;
 - b) Guardar segredo dos factos de que tenham conhecimento em razão das suas funções ou por causa delas, sem prejuízo da obrigação de participar às autoridades os factos ilícitos de que tenham conhecimento;
 - c) Informar o Conselho de Administração de todas as verificações, fiscalizações e diligências que tenham desenvolvido e dos respectivos resultados;

- d) Informar as entidades competentes de qualquer irregularidade e inexactidão verificada nos esclarecimentos que tenham obtido;
 - e) Assistir às reuniões do Conselho de Administração para as quais seja convocado ou em que participem as contas de exercício.
2. É proibida ao Fiscal-Único, salvo autorização expressa por escrito, a divulgação de segredos comerciais ou industriais da empresa, de que tenha tomado conhecimento no desempenho das suas funções.

ARTIGO 22.º
(Mandato)

1. O mandato do Fiscal-Único tem a duração de dois anos, renovável por uma ou mais vezes.
2. O mandato do Fiscal-Único pode ser suspenso ou revogado, por razões devidamente fundamentadas, por decisão do Ministro responsável pelo Sector Empresarial.

CAPÍTULO III
Intervenção do Executivo

ARTIGO 23.º
(Intervenção)

A intervenção do Executivo na EASH-E.P. é exercida pelos órgãos competentes, nos termos da lei.

ARTIGO 24.º
(Superintendência)

A Superintendência da empresa EASH-E.P. é exercida pelo Ministro responsável pelo Sector Empresarial e pelo Ministro responsável pelo Sector da Actividade Económica, competindo-lhe, em especial, nos termos da legislação em vigor, a compatibilização dos planos e programas da empresa com os planos de desenvolvimento da respectiva área de actividade, compreendendo os poderes de:

- a) Definir a política de desenvolvimento da actividade em que se insere a empresa;
- b) Fixar os objectivos estratégicos para a actividade da empresa e o enquadramento geral da mesma, a qual se deve desenvolver, de modo a assegurar a sua harmonização com as políticas globais e sectoriais do Governo e com o plano de desenvolvimento económico e social local;
- c) Regulamentar o exercício da actividade da empresa;
- d) Pronunciar-se sobre os planos e orçamentos anuais proposto pela empresa;
- e) Participar na avaliação de desempenho dos órgãos de gestão da empresa;
- f) Solicitar e analisar as informações técnicas, económicas e financeiras sobre a actividade da empresa, prestadas regularmente por estes órgãos, e tomar as medidas adequadas, nos termos da legislação em vigor;
- g) Homologar o relatório e contas da empresa;
- h) Exercer as demais competências, que decorrem da legislação em vigor.

ARTIGO 25.º

(Órgãos da Administração Local do Estado)

O exercício do órgão da Administração Local do Estado onde a empresa EASH-E.P. é concessionária ou licenciada consiste na compatibilização dos planos e programas da empresa com os planos de desenvolvimento da respectiva área de jurisdição.

CAPÍTULO IV

Gestão Patrimonial e Financeira

SECÇÃO I

Gestão Patrimonial

ARTIGO 26.º

(Património da empresa)

1. O património da EASH-E.P. é constituído pela universalidade dos bens, direitos e obrigações recebidos, adquiridos ou contraídos para ou no exercício da sua actividade.

2. A empresa administra e dispõe livremente do seu património, nos termos da legislação em vigor.

3. A empresa deve manter, em dia, os cadastros dos bens que integram o seu património, incluindo os bens sujeitos ao regime de concessão ou licença, que estejam afectos à sua actividade, devendo, igualmente, proceder à respectiva realiação de acordo com a legislação em vigor.

ARTIGO 27.º

(Seguros)

A EASH-E.P. deve celebrar e manter actualizados os contratos de seguro dos bens que integram o seu património de outros afectos à sua actividade e que estejam sujeitos a seguro obrigatório, nos termos da legislação em vigor.

SECÇÃO II

Gestão Financeira

ARTIGO 28.º

(Princípios de gestão)

1. A gestão da EASH-E.P. deve ser conduzida de forma a compatibilizar a política económica e social do Estado com a viabilização técnica, económica e financeira da empresa.

2. Na orientação da gestão da empresa devem ser observados os seguintes princípios e objectivos:

- a) Objectivos e indicadores estabelecidos pelo Estado;
- b) Auto-suficiência económica e financeira, excepto quando o Estado imponha a prática de preços fixados ou objectivos sociais não economicamente rentáveis para a empresa;
- c) Os investimentos a realizar pela empresa devem subordinar-se a critérios de decisão empresarial, nomeadamente em termos de taxa de rentabilidade, período de recuperação do capital investido e grau de risco, excepto quando se trate de investimentos públicos suportados pelo Estado que, neste caso, estarão sujeitos ao regime definido por lei ou ao que tenha sido estabelecido pelo Estado;

d) Os recursos financeiros a mobilizar pela empresa devem ser adequados à natureza dos activos a financiar;

e) Estrutura financeira da empresa deve ser compatível com a sua rentabilidade de exploração e com o grau de risco da actividade;

f) O processo produtivo da empresa deve ser melhorado constantemente, garantindo a melhoria sistemática da qualidade dos serviços prestados e da sua produtividade.

ARTIGO 29.º

(Condições de endividamento)

A EASH-E.P. não deverá contrair nenhuma dívida, a menos que uma previsão fiável sobre as suas receitas e despesas demonstrem que as estimativas de proveitos antes do pagamento de juros e impostos para cada ano fiscal durante o período em que vigorará a dívida a ser contraída seja pelo menos 1,5 vezes a estimativa das exigências do serviço da dívida.

ARTIGO 30.º

(Instrumentos de gestão)

A gestão económica e financeira da EASH-E.P. é garantida através dos seguintes instrumentos de gestão:

- a) Planos e orçamentos plurianuais;
- b) Planos e orçamentos anuais;
- c) Relatórios de actividades e contas do último exercício económico, adequados às características da empresa e às necessidades do seu acompanhamento;
- d) Contrato-programa a celebrar entre a empresa e o Estado, nos termos da legislação em vigor,

ARTIGO 31.º

(Planos e orçamentos plurianuais)

1. Os planos plurianuais estabelecem a estratégia de desenvolvimento a seguir pela empresa, com um horizonte de pelo menos três anos, devendo conter, nomeadamente, o seguinte:

- a) Estudo do meio em que a empresa se insere, destacando ameaça e oportunidades;
- b) Estudo da empresa, destacando os seus pontos fortes e fracos;
- c) Levantamento das principais condicionantes da actividade da empresa, quer legais, quer ligadas ao mercado;
- d) As vantagens competitivas da empresa, no que respeita aos serviços prestados em regime de concorrência;
- e) Posicionamento da empresa no mercado;
- f) A orientação estratégica global para a empresa;
- g) Plano de negócios perspectivado para o período, incluindo estudos de viabilidade e análises de sensibilidade;

- h) As medidas de potenciamento da empresa para o plano de negócio previsto;
- i) Os planos de contingência;
- j) Avaliação da medida em que a empresa pode satisfazer os objectivos e metas fixados pelo Estado;
- k) A orientação de desenvolvimento tecnológico;
- l) A política de emprego;
- m) Os programas específicos de melhoria da qualidade do serviço e da produtividade;
- n) Os programas específicos de desenvolvimento dos recursos humanos.

2. Os orçamentos plurianuais devem incluir, sem prejuízo de outros elementos que decorrem da especificidade da actividade e das exigências de gestão, o seguinte:

- a) O programa de investimentos e respectivas fontes de financiamento;
- b) A conta previsional de exploração e o balanço cambial previsional;
- c) A projecção da dívida interna e externa.

3. Os planos e orçamentos plurianuais devem ser revistos sempre que as circunstâncias o justifiquem.

ARTIGO 32.º

(Plano e orçamento anual)

1. A EASH-E.P. deve preparar para cada ano económico, com a devida antecedência nos termos da legislação em vigor, o seu plano de actividades e orçamento, os quais são organizados respeitando as directivas que disciplinam a apresentação de planos e orçamentos e devem conter os desdobramentos necessários para facilitar a descentralização de responsabilidades e permitir um adequado controlo da gestão.

2. Os projectos de planos e orçamentos anuais a que se refere o número anterior são elaborados de acordo com os pressupostos macro-económicos e demais directrizes globais e sectoriais formulados pelo Executivo.

3. O Conselho de Administração deve promover as alterações necessárias ao plano e orçamento sempre que circunstâncias ponderosas as imponham.

ARTIGO 33.º

(Relatórios de contas e actividade)

1. O relatório de contas anual deve conter uma exposição clara e fiel sobre a evolução das actividades e a situação da empresa no último exercício económico.

2. O relatório de contas e actividades deve incluir, entre outros elementos eventualmente solicitados, nomeadamente o seguinte:

- a) A evolução da gestão nos diferentes ramos de negócios em que a empresa desenvolve a actividade;
- b) Apreciação da conta de exploração;
- c) Implementação do programa de investimentos;
- d) Os factos relevantes ocorridos no exercício;
- e) A evolução previsível da empresa;
- f) Indicadores estatísticos.

ARTIGO 34.º (Prestação de contas)

1. Anualmente, com referência a 31 de Dezembro de cada ano, devem ser elaborados os seguintes documentos de prestação de contas:

- a) Relatório do Conselho de Administração;
- b) Balanço analítico e demonstração de resultados;
- c) Demonstração da origem e aplicação de recursos;
- d) Proposta de aplicação dos resultados de exploração;
- e) Fluxo de caixa;
- f) Parecer do Fiscal-Único.

2. Os documentos a que se refere o número anterior devem ser complementados com outros elementos de interesse para a apreciação da situação da empresa, nomeadamente:

- a) Anexos ao balanço e à demonstração de resultados;
- b) Mapas sintéticos que mostrem o grau de execução do plano de actividades e do orçamento anual;
- c) Outros indicadores significativos de actividade e situação da empresa.

3. Os documentos de prestação de contas devem ser apresentados pelo Conselho Fiscal até 31 de Março do ano seguinte ao que dizem respeito.

4. O relatório de contas deve ser apresentado, pela entidade logação da superintendência, até 10 de Abril.

ARTIGO 35.º

(Receitas)

Constituem receitas da EASH-E.P.:

- a) As receitas resultantes da sua actividade;
- b) O rendimento de bens próprios;
- c) O produto da emissão de títulos ou obrigações, que deve ser precedida de parecer do responsável pelo Sector da Actividade e autorização do Ministro responsável pelo Sector Empresarial Público;
- d) O produto de empréstimos e outras operações de financiamento, que ao ter lugar não devem comprometer a sua liquidez imediata, devendo ser precedida da autorização das autoridades competentes;
- e) As dotações ou subsídios concedidos pelo Estado;
- f) O produto da alienação de bens próprios ou constituição de direito: sobre eles;
- g) As doações, heranças ou legados que lhes sejam destinados;
- h) Quaisquer outros rendimentos ou valores que, por lei ou contrato, lhe pertençam.

ARTIGO 36.º

(Afectação de lucros)

1. Dos lucros da EASH-E.P. deve ser constituída uma reserva provisória para o pagamento dos impostos que incidem sobre eles.

2. O remanescente, acrescido de eventuais lucros que hajam transitado de exercícios anteriores, deve ser repartido da seguinte forma:

- a) 5% a 10% para a constituição da reserva legal;
- b) 25% a 50% para a constituição do fundo de investimentos;
- c) 5% a 10% do fundo social;
- d) Entrega ao Estado da parte do lucro que lhe cabe como proprietário da empresa;
- e) Distribuição de estímulos individuais aos trabalhadores, incluindo aos membros dos órgãos de gestão, a título de participação nos lucros nos termos da legislação em vigor.

3. Sob proposta do Conselho de Administração, compete ao Ministro responsável pelo Sector Empresarial Público aprovar a afectação da parte dos lucros a que se refere o número anterior, bem como a criação de outras reservas e fundos, que se repute necessários à empresa.

CAPÍTULO V

Pessoal

ARTIGO 37.º (Regime jurídico)

1. A EASH-E.P. deve estabelecer com os seus trabalhadores contratos de trabalho, nos termos da Lei Geral do Trabalho, acordos colectivos de trabalho e demais legislação em vigor, tendo em conta as necessidades da empresa, a promoção e o desenvolvimento constante dos trabalhadores nacionais.

2. O quadro de pessoal da empresa, seus direitos e obrigações, regalias e a perspectiva de desenvolvimento técnico-profissional, designadamente as condições que orientem a admissão, suspensão, exoneração, salários, bónus e outras remunerações, as qualificações exigíveis, entre outras matérias de política de recursos humanos, consubstanciarão de regulamento interno a ser aprovado pelo Conselho de Administração.

ARTIGO 38.º (Política salarial)

1. Sem prejuízo do artigo anterior, compete ao Conselho de Administração a fixação, nos termos da legislação em vigor, dos salários dos trabalhadores do quadro de pessoal da EASH-E.P.

2. O Conselho de Administração pode criar prémios a atribuir aos trabalhadores para incentivar o aumento da produtividade da empresa.

ARTIGO 39.º (Formação profissional)

1. A EASH-E.P. deve organizar e desenvolver acções de formação profissional com o objectivo de elevar a qualificação profissional dos seus trabalhadores e adaptá-los às novas técnicas e métodos de gestão, de modo a elevar o nível de desempenho da actividade da empresa e facilitar a promoção interna e a mobilidade funcional dos trabalhadores.

2. A empresa deve, igualmente, promover acções de formação para trabalhadores estagiários em processo de integração na empresa.

3. A empresa, de acordo com regulamento próprio, aprovado pelo Conselho de Administração, pode ainda promover a formação dos trabalhadores mediante concessão de bolsas ou noutras modalidades.

4. Para assegurar as acções de formação, a empresa deve utilizar os seus próprios meios, recorrendo ou associando-se, caso seja necessário, a entidades externas qualificadas,

ARTIGO 40.º (Participação na gestão)

1. A intervenção dos trabalhadores na gestão da EASH-E.P. é assegurada por uma ou mais comissões consultivas, conforme seja considerado mais adequado, tendo aquelas poderes delegados pelas assembleias dos trabalhadores.

2. Os trabalhadores da empresa são representados nas comissões consultivas dos trabalhadores na proporção de um representante para cada 40 trabalhadores no activo.

3. Às comissões consultivas de trabalhadores compete, em especial, pronunciar-se sobre:

- a) Os projectos de planos e orçamento da empresa;
- b) Grau de execução dos respectivos planos e orçamentos;
- c) O nível de produtividade, disciplina e assiduidade dos trabalhadores;
- d) As condições de trabalho e social dos trabalhadores;
- e) O cumprimento da legislação laboral e dos seus acordos colectivos de trabalho;
- f) Os conflitos laborais;
- g) Todas as outras questões que os órgãos de gestão da empresa decidam submeterem à sua apreciação.

CAPÍTULO VI

Disposições Finais

ARTIGO 41.º (Convocatórias)

1. Para as reuniões do Conselho de Administração devem ser convocados todos os membros em exercício de funções.

2. Consideram-se regularmente convocados todos os membros que:

- a) Tenham assistido a qualquer reunião anterior a que na sua presença tenha sido fixado o dia e a hora da reunião;
- b) Compareçam à reunião;
- c) Tenham recebido e assinado a convocatória.

3. Consideram-se, também, regularmente convocados todos os membros para reuniões ordinárias que tenham lugar no dia e hora pré-estabelecidos, conforme os regulamentos internos da empresa.

4. A convocatória deve ser acompanhada pela ordem de trabalhos e cópia da acta da sessão anterior.

5. De todas as reuniões serão lavradas actas das quais constar:

- Os assuntos discutidos;
- A súmula das discussões;
- As deliberações tomadas;
- Os votos vencidos e declarações de voto, quando existirem.

ARTIGO 42.º

(Responsabilidade perante terceiros)

1. A EASH-E.P. é representada em juízo e fora dele pelo Presidente do Conselho de Administração) que responde civil e criminalmente perante terceiros, pelos actos e omissões da empresa, nos termos da legislação em vigor.

2. Pelas obrigações da empresa responde apenas o seu património.

ARTIGO 43.º

(Conservação de arquivos)

1. A EASH-E.P. deve conservar em arquivos, pelo prazo de 10 anos, os elementos da sua contabilidade principal e correspondência, podendo os restantes documentos serem inutilizados mediante autorização das entidades competentes, decorridos 5 anos sobre a elaboração ou entrada.

2. Os documentos e livros que se devem conservar em arquivos, bem como a correspondência referida no número anterior, pode ser preservado usando outros processos adequados de registo aceites, nos termos da legislação em vigor, devendo os registos ser devidamente autenticados.

3. Sem prejuízo do número anterior, os originais são inutilizados mediante autorização expressa do Conselho de Administração, sendo lavrado o respectivo auto de inutilização.

4. As cópias autenticadas têm a mesma força probatória dos originais, ainda que resultem da reprodução dos registos que os preservem.

ARTIGO 44.º

(Auditoria interna)

1. Para fins de controlo contabilístico e financeiro e das actividades da empresa, em geral, há um serviço de auditoria interna, constituído por técnicos especializados, que exercem um controlo permanente das actividades financeiras e registos da empresa, nos termos da legislação em vigor.

2. A auditoria interna deve submeter, obrigatoriamente, ao Presidente do Conselho de Administração os seguintes documentos:

- Relatórios trimestrais da actividade desenvolvida;
- Relatórios pontuais sobre quaisquer anomalias verificadas.

ARTIGO 45.º

(Preservação do ambiente)

A EASH-E.P. deve, no exercício da sua actividade, observar as exigências de natureza ambiental, nos termos da legislação em vigor e das respectivas concessões ou licenças.

ARTIGO 46.º

(Serviços mínimos)

Em casos de greve, os trabalhadores da empresa são obrigados a garantir, nos termos da legislação em vigor, os serviços mínimos de interesse público.

ARTIGO 47.º (Regulamentos internos)

Os órgãos internos da EASH-E.P. regem-se por regulamentos próprios aprovados pelo Conselho de Administração, salvo disposição legal em contrário.

O Ministro da Economia, *Abrahão Pio dos Santos Gourgel*.

O Ministro da Energia e Águas, *João Baptista Borges*.

Empresa Provincial de Abastecimento de Água e Saneamento do Huambo (Primeira Etapa - Abastecimento de Água)

Quadro de Pessoal

| Unidade Orgânica | N.º de Pessoal | Perfil Profissional | Mais Menos |
|--|----------------|---------------------|------------|
| Conselho de Administração | 3 | Formação Superior | 10 |
| Assistentes de Administração (Secretárias) | 3 | 10.ª Classe | 20 |
| Conselho Fiscal | 1 | | 30 |
| Área Técnica | | | |
| Departamento de Produção e Controlo da Qualidade | 1 | Técnico Superior | 10 |
| Secção de Captação e Bombagem | 5 | Técnico Base | 30 |
| Secção de Tratamento de Água | 5 | Técnico Base | 30 |
| Departamento de Distribuição e Manutenção | 1 | Técnico Médio | 10 |
| Secção de Manutenção de Equipamentos | 6 | Técnico Base | 40 |
| Secção de Manutenção de Redes de Distribuição de Água | 40 | Técnico Base | 200 |
| Área de Administração e Finanças | | | |
| Departamento de Administração | 1 | Técnico Médio | 10 |
| Secção de Património, Económico e Expediente | 3 | 10.ª Classe | 20 |
| Secção de Recursos Humanos | 1 | Técnico Base | 10 |
| Departamento de Finanças e Contabilidade | 1 | Formação Superior | 30 |
| Secção de Finanças e Tesouraria | 2 | Técnico Médio | 30 |
| Secção de Contabilidade | 2 | Técnico Médio | 30 |
| Área Comercial | | | |
| Departamento de Facturação e Cobrança | 1 | Técnico Médio | 10 |
| Secção de Medição | 10 | 10.ª Classe | 70 |
| Secção de Facturação e Cobrança | 10 | Técnico Base | 70 |
| Departamento de Comunicação Institucional e Apoio ao Cliente | 1 | Técnico Médio | 10 |
| Secção de Relações Públicas | 1 | Técnico Base | 10 |
| Secção de Apoio ao Cliente | 10 | 10.ª Classe | 70 |
| Total | 108 | | 950 |

O Ministro da Economia, *Abrahão Pio dos Santos Gourgel*.

O Ministro da Energia e Águas, *João Baptista Borges*.

Premissas para o futuro desenvolvimento do quadro de pessoal:

1. O número de trabalhadores (sem contar o Conselho Fiscal) não pode ser superior à dotação de 2,5 trabalhadores por cada 1000 ligações domiciliárias num contexto de produção real de água de pelo menos 80% da capacidade nominal.

2. O presente quadro de pessoal foi elaborado tendo por base o cenário do horizonte de projecto de 2020, para o qual se prevê haver pelo menos 42 800 ligações domiciliárias na

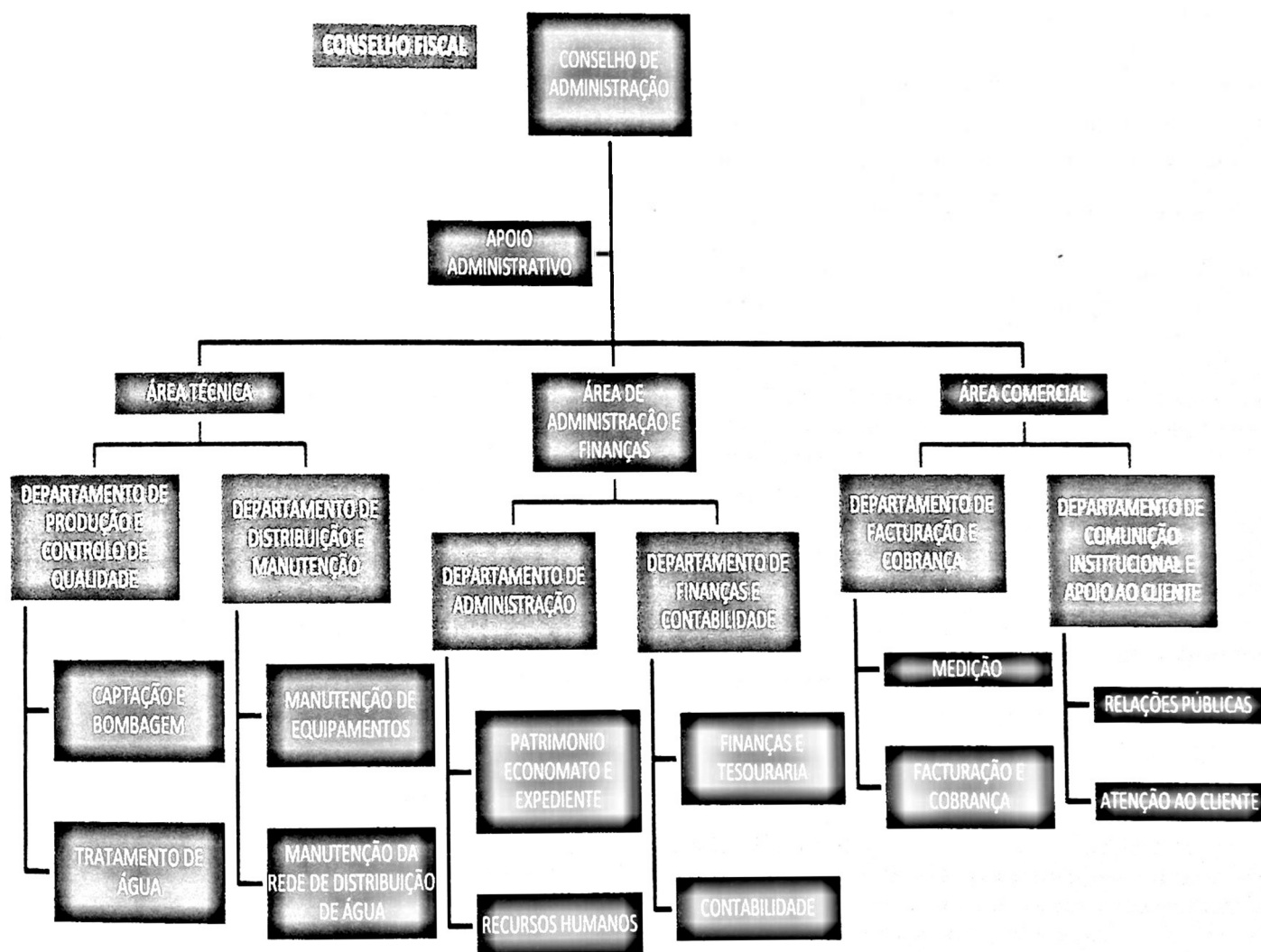
cidade do Huambo e a Empresa estar prestando apoio à gestão dos outros sistemas da Província do Huambo.

3. O Conselho de Administração e o Conselho Fiscal serão constituídos preferencialmente por profissionais com formação superior.

4. A qualificação para o resto de pessoal será entre técnico médio e a 10.ª Classe.

5. A terciarização de algumas actividades como a cobrança através dos bancos comerciais, serviços de vigilância das instalações físicas, etc., deverá ser implementada.

Estrutura Orgânica Empresa Provincial de Água e Saneamento do Huambo (Primeira Etapa-Abastecimento de Água)



MINISTÉRIOS DAS RELAÇÕES EXTERIORES E DAS FINANÇAS

Despacho Conjunto n.º 28/14
de 9 de Janeiro

Considerando as disposições previstas no n.º 2 do artigo 5.º do Decreto n.º 7/06, de 12 de Abril, sobre a atribuição do estímulo pecuniário;

Em conformidade com os poderes delegados pelo residente da República, nos termos do artigo 137.º, da Constituição da República de Angola, e de acordo com as

disposições combinadas dos n.ºs 1 e 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, determina-se:

Ponto Único: — É fixado o incentivo pecuniário de Ana Afonso Dias Lourenço, Administradora Suplente e Administradora em representação de Angola, África do Sul e Nigéria no Conselho de Administração do Banco Mundial, em USD 9.661,00 (nove mil, seiscentos e sessenta e um dólares).

Publique-se.

Luanda, aos 19 de Agosto de 2013.

O Ministro das Finanças, *Armando Manuel*.

O Ministro das Relações Exteriores, *Georges Rebelo Pinto Chicoti*.